

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.676 - PR (2019/0266119-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : RILF LTDA
AGRAVANTE : ADEMIR INACIO FAGUNDES
AGRAVANTE : HELMI MATTE
AGRAVANTE : IRINI MARILENE TURMINA
AGRAVANTE : LEILA GRACIELE TURMINA FAGUNDES
AGRAVANTE : ROBERTO TURMINA
AGRAVANTE : ELDO MATTE
ADVOGADOS : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427
MATHEUS CASTANHEIRA COSTA - PR069515
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -
MG056526

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO (01) - CERCEAMENTO DE DEFESA E LIMITAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS EM 1% AO ANO - FALTA DE INTERESSE RECURSAL CONSTATADA - SENTENÇA RECORRIDA QUE NÃO FOI DESVANTAJOSA NESTAS MATÉRIAS - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO NESTES PONTOS - DEMAIS ALEGAÇÕES - PEDIDO DE LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS À TAXA MÉDIA DO MERCADO - IMPOSSIBILIDADE CONTRATO FIRMADO POR PARCELAS FIXAS - PRÉVIO CONHECIMENTO DOS VALORES A SEREM PAGOS CAPITALIZAÇÃO DE JUROS POSSIBILIDADE - ART. 28. § 1º, INC. I, DA LEI N. 10.931/2004 - TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA TAXA MENSAL - PACTUAÇÃO EXPRESSA - MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.170-36 (ATUAL REEDIÇÃO DA MP 1963-17/2000) A QUAL TEVE

RECONHECIDA SUA CONSTITUCIONALIDADE PELO ÓRGÃO ESPECIAL. COM BASE NO JULGAMENTO DO RESP 973.827/RS - DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE COBRANÇAS INDEVIDAS. RECURSO (02) - DA INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO E DEVER EM INDENIZAR - INOVAÇÃO RECURSAL - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - FALTA DE INTERESSE RECURSAL CONSTATADA - SENTENÇA RECORRIDA QUE NÃO FOI DESFAVORÁVEL NESTE TOCANTE - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO NESTES TÓPICOS - DEMAIS ALEGAÇÕES - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - REVISÃO CONTRATUAL - POSSIBILIDADE - MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO *PACTA SUNT SERVANDA* FRENTE AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E DA BOA-FÉ CONTRATUAL - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS - AFASTAMENTO DOS ENCARGOS - EXEGESE DA SÚMULA 472 DO STJ - SENTENÇA REFORMADA NESTE ASPECTO. SENTENÇA REFORMADA - AUTORES QUE DECAÍRAM DA TOTALIDADE DE SEUS PEDIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM PERCENTUAL, NA FORMA DO ART. 85. §2º DO CPC ANTE A INEXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, os agravantes apontam existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 130 e 330 do Código de Processo Civil/1973; 51 do Código de Defesa do Consumidor; e 4º do Decreto Lei 22.626/33.

Aduzem que o julgamento antecipado do feito configurou cerceamento de defesa, dada imprescindibilidade da produção de provas pericial e documental, para se expurgar os encargos indevidos e abusivos contidos nos contratos bancários.

Alegam que os juros remuneratórios devem se limitar à média de mercado, bem como da impossibilidade da capitalização dos juros.

Defendem que, dado reconhecimento dos encargos excessivos impostos pelo

agravado aos contratos bancários, não há falar em cobrança de encargo moratório dos agravantes.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

No tocante à preliminar, o Colegiado estadual a afastou, discorrendo que (fl. 1.041, e-STJ):

Como consabido, a utilidade de um recurso está na espera do apelante de que a sua interposição lhe traga uma situação mais vantajosa do ponto de vista prático.

(...)

In casu, ao contrário do alegado pelos Apelantes, houve a realização de uma perícia técnica acerca da "*Cédula de Crédito Bancário*" firmada entre as partes, de modo que o Laudo Pericial pode ser encontrado ao mov. 1.32 dos autos.

De outro modo, de uma simples análise da Cédula de Crédito Bancário firmada entre as partes ao mov. 1.5, verifica-se que os juros de mora foram fixados em 1 % (um por cento) ao ano, não havendo que se falar em limitação.

Desta feita, verifico a falta de interesse recursal dos Apelantes em recorrer, na medida em que interpõem recurso contra matérias que não lhe foram desfavoráveis.

Nesse diapasão, verifica-se ainda, a inexistência do binômio necessidade e utilidade da prestação jurisdicional.

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a produção de provas no processo tem a finalidade de orientar o julgador na condução da causa. Estando o juiz - a quem compete o ordenamento do feito - convencido de que dispõe de elementos aptos a formar sua convicção, desnecessária se torna a dilação probatória. Cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Em suma, não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juízo embasa sua convicção em prova suficiente para fundamentar as deduções expostas na sentença.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. JULGAMENTO

ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. AÇÃO CONEXA. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE JULGAMENTO CONJUNTO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE DA CEF AFASTADA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juízo embasa sua convicção em prova suficiente para fundamentar as deduções expostas na sentença.

2. A avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp 1449368/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, Dje 27/08/2014).

3. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o magistrado, a seu critério e diante de cada caso concreto, verificará a utilidade do julgamento simultâneo, com vistas a evitar decisões conflitantes e privilegiar a economia processual. Precedentes.

4. O acórdão recorrido, à luz dos elementos fático-probatórios constantes nos autos, afastou a responsabilidade da CEF pelos supostos danos materiais sofridos pela empresa recorrente, decorrentes de saque indevido realizado em sua conta por sócio-diretor. O acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1681350/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27/2/2018)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa. Por conta disso, se o magistrado, após análise das particularidades da controvérsia, entendeu não haver necessidade de dilação probatória, como sucede na espécie, não há falar em cerceamento de defesa. Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ.

De todo modo, a conclusão de que não houve cerceamento de defesa em virtude do julgamento antecipado do feito, assentada no acórdão recorrido, decorreu de valoração de provas, e sua reapreciação esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211 do STJ.

4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1140214/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 20/11/2017)

Quanto à limitação dos juros remuneratórios, o Supremo Tribunal Federal já sumulou a matéria, entendendo que *"as disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional"* (Enunciado 596), panorama que vige desde a revogação da Lei de Usura em relação às instituições financeiras, pela Lei 4.595/1964, na forma da disciplina geral sobre a matéria, pelo rito do recurso repetitivo, nos autos do REsp 1.061.530/RS (Segunda Seção, Rel. Ministra Nancy Andrigli, unânime, DJe de 10.3.2009).

Ademais, não constam dos autos evidências de que a taxa de juros cobrada pela instituição financeira seja abusiva, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, ou superior à média de mercado. Isso porque, ainda que aplicável a Lei 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp 407.097/RS, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, por maioria, DJU de 29.9.2003) firmou o entendimento de que a cláusula referente à taxa de juros só pode ser alterada se reconhecida sua abusividade em cada caso concreto, mediante dilação probatória específica, não tendo influência para tal propósito a estabilidade econômica do período nem o percentual de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, que por si só não se considera potestativa, é excessiva para efeitos de validade do contrato. Nesse sentido o enunciado 382 da Súmula do STJ.

No que concerne à capitalização mensal de juros, a Segunda Seção consolidou seu entendimento no julgamento do Recurso Especial n.º 973.827/RS, sob o rito dos repetitivos, do qual fui Relatora para o acórdão.

Firmou-se, na ocasião, que, nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-36/2001, e desde que expressamente pactuada, a capitalização dos juros é admissível em período inferior a um ano.

No mesmo julgamento, assentou-se também que *"a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada"* (REsp 973.827/RS, acórdão de minha relatoria, DJe de 24.9.2012).

No caso dos autos, a Corte local concluiu que a capitalização mensal foi expressamente pactuada (fl. 1.048, e-STJ):

In casu, a *"Cédula de Crédito Bancário"*, n.º 085.911.121 foi firmada entre as partes em 29 de dezembro de 2005, ou seja, posterior a edição da MP n.º 2.170-36/2001.

Além disso, resalto que no instrumento contratual há expressa previsão de taxa de juros efetiva anual (57,35%) superior ao duodécuplo da taxa mensal (3,85%), sendo suficiente para autorizar a prática da capitalização de juros. (Ref. Mov. 1.5).

Superior Tribunal de Justiça

Decidir em sentido contrário à conclusão constante do acórdão necessita também do reexame do contrato anexado aos autos, que é vedado em recurso especial por força dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.

Diante disso, não prospera o recurso ao cogitar a descaracterização da mora quanto aos encargos ora questionados.

Anoto que, sem que haja declaração quanto à eventual abusividade nas cláusulas do contrato, presume-se que os encargos discutidos em Juízo para o período da adimplência são regulares, criando a presunção de que a cobrança, sob esse aspecto, faz-se sobre valores realmente devidos.

Ademais, contrariar as conclusões do acórdão de origem demandaria, novamente, o reexame do acervo probatório e cláusulas do contrato entabulado, esbarrando, nos óbices das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora